



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

Realizada aos oito de outubro de 2025, às dez horas, no auditório Paulinho Nogueira, à Avenida Francisco Matarazzo, 455, na Capital de São Paulo. Participaram os seguintes membros do conselho: Ana Lúcia Seabra (SEMIL-DPU), Sofia M. Bertolini (SEMIL-DPU), Claudia C Bortuluci (SEMIL-DEA), Natalia de Souza Araújo (SCEC), Regina Pires (Viva Pacaembu por São Paulo), Graziela Garbi (Grupo Escoteiro), Jupira Cauhy (Instituto Rogacionista), Sonia Porto (Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré) e Márcia Souza (Instituto de Arquitetos do Brasil), representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística: Rebecca Spada; representantes da Agência Regulador dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo: Jessica Hipólito e Gustavo de Olivare; os representantes da concessionária: Sonia Reis e Carolina Cortez; convidados: Vera Lúcia Almeida, Stela, Maura Takemiya, Claudia Lukanchuk, Neia Dib, Pedro Neto, Raphael Ventur, Marcos Gentil. As conselheiras Pollyana e Maria Laura, enviaram à presidência justificativa sobre sua ausência. O Conselho de Orientação dos Parque Doutor Fernando Costa - Água Branca, reuniu-se para apreciar as seguintes matérias: comunicações da Diretoria de Parques Urbanos e apresentação da ARSESP. A Presidente do Conselho, Ana Lúcia, inicia a reunião dando boas-vindas a todos, realiza a leitura da pauta e informa sobre a condução da ordem do dia. Esclarece que a ARSESP fará uma apresentação, após a qual cada conselheiro terá até cinco minutos para tirar dúvidas. Destaca que os convidados presentes deverão encaminhar suas perguntas aos conselheiros, para que estas sejam posteriormente direcionadas à Presidência do Conselho. Informa ainda que a concessionária, caso deseje, também terá direito a cinco minutos de fala. Em seguida, solicita à conselheira Jupira, o envio da apresentação realizada na última reunião. A conselheira compromete-se com o envio da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

documentação. Como comunicado da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a Presidente do conselho fala sobre o SUMMIT AGENDA SP + VERDE, evento pré-COP30 que reunirá líderes empresariais, governos, academia e sociedade civil nos dias 4 e 5 de novembro no Parque Villa-Lobos, na capital paulista, com debates sobre economia verde, sustentabilidade e inovação, organizado pelo Governo de São Paulo, em parceria com a Prefeitura de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP), o Summit Agenda SP + Verde combina debates estratégicos, workshops e rodadas de negócios em torno de soluções para a economia verde, a transição energética, a justiça climática e a inovação sustentável. Expõe que haverá retirada de ingressos gratuitos que já estão disponíveis pelo Sympla, e a programação completa dos palcos pode ser conferida no site oficial do evento, permitindo que o público interessado se planeje para as atividades de interesse. Mais informações sobre a programação, visitas guiadas e a retirada antecipada de ingressos em: <https://www.agendaspmasiverde.org.br/>. Ainda comunica sobre o evento "Cinema e rios: sensibilizando territórios e educando para a água", encontro realizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, uma iniciativa conecta linguagem audiovisual, educação ambiental e gestão de recursos hídricos e estimula reflexões sobre o papel da sociedade na proteção dos rios e no uso sustentável da água, no dia 8 de outubro das 14 às 18h. Explica que será realizada a visita técnica pela equipe do Instituto de Pesquisas Ambientais, no mês de novembro para verificar as questões de erosão do solo apontadas pelo conselho. A conselheira Regina sugere que seja encaminhado cópia do Plano Diretor do Parque aos pesquisadores que farão a visita no parque. A Presidente do conselho fala que está sendo destacado para a realização dessa visita das equipes que executaram



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

o próprio plano diretor. A Presidente do Conselho informa aos presentes que foram enviados convites aos representantes do poder público para compor o novo biênio do Conselho de Orientação do parque. Esclarece que somente após o retorno desses convites será realizada a abertura do processo de inscrição da sociedade civil. Ao final dos comunicados, inicia-se a apresentação da ARSESP, conduzida pela representante da Gerência de Regulação e Fiscalização de Parques. Ela faz uma breve explanação sobre a estruturação da agência reguladora e contextualiza os últimos acontecimentos relacionados à fiscalização do contrato, desde a última apresentação da Agência ao conselho. Ressalta que a atuação da ARSESP é estritamente vinculada ao contrato de concessão. Durante a apresentação, foi informado que foram realizadas duas vistorias in loco, a instauração de um processo sancionatório, seis análises de projetos e intervenções e 23 análises de manifestações. Também comenta sobre o evento "Festival Churrascada", detalhando o processo de fiscalização presencial realizado no evento e explicando como a atuação segue as disposições contratuais. Destaca alguns pontos identificados durante a vistoria, para os quais a concessionária está no prazo para apresentar defesa. Por fim, explica que a ARSESP e a SEMIL atuaram conjuntamente na análise do evento, promovendo reuniões, inclusive com a concessionária, que resultaram na redução da área do evento e na aplicação das diretrizes estabelecidas por ambas as instituições. A representante da ARSESP também aborda a fiscalização relativa ao encargo de reforma do prédio 63, realizada em 3 de outubro. Informa que o relatório de fiscalização ainda está em elaboração, mas já foi possível constatar a entrega parcial do encargo. Além disso, explica que foi instaurado um processo sancionatório referente ao evento/restaurante "Fazenda Churrascada", que atualmente se encontra em prazo para apresentação de defesa prévia. Sobre projetos apresentados pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

Concessionária, informou sobre o “Baile da Terceira Idade”, contemplando a reforma e adaptação dos prédios 92 e 95. Explicou que houve contato com os representantes do evento para compreender os impactos decorrentes das alterações propostas, tendo sido obtida manifestação positiva, ainda que com algumas condicionantes. Aborda, também, a realocação da feira orgânica, destacando que tal mudança é possível dentro das disposições do contrato de concessão, mas que depende de autorização prévia dos órgãos de tombamento. Ademais, abordou o projeto de instalação de totens de mídia digital, aprovado pelos órgãos de tombamento, destacando que a concessionária comunicou à agência a realização da instalação. A conselheira Jupira informou que realizou o registro de SAU, mas ainda não recebeu devolutiva sobre seus questionamentos, conforme orientação da ARSESP. Esclareceu que tais questionamentos referem-se à realização de eventos sem a devida autorização dos órgãos competentes. A representante da ARSESP informou que chegaram questionamentos relativos à solicitação de relatórios de fiscalização, bem como sobre a realização do evento “Festival Churrascada” e que foram devidamente respondidos. Esclareceu que o canal SAU é um órgão vinculado à Ouvidoria da ARSESP, garantindo sua autonomia e se comprometeu a verificar junto à Ouvidoria os protocolos fornecidos pela conselheira para identificar o atraso na resposta. Salientou, ainda, que a concessionária é a gestora da área e que, antes do encaminhamento de demandas para outros canais, deve ser feito o registro junto à própria concessionária. A conselheira explicou que realizou a tratativa conforme orientação da ARSESP em reunião anterior. Destacou que, conforme informado pela agência, a ARSESP realiza a fiscalização estrita do contrato de concessão, mas que, dentro desse contexto, há necessidade de autorização prévia de outros órgãos, como os de tombamento e de licenciamento. Diante disso, questionou se a ARSESP fiscaliza a realização de eventos que não possuem autorização desses órgãos. Além disso, indagou sobre como a agência se relaciona com questões ambientais, ressaltando o impacto causado pela realização do evento “Festival Churrascada” e, de forma sintetizada, perguntou como a ARSESP gerencia a análise dessas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

licenças. A conselheira Regina questionou, com base na apresentação da representante da ARSESP, esclarecimentos sobre a afirmação de que o evento "Hípica Churrascada" não teria sido realizado em área ambiental, ressaltando que o mesmo ocorreu dentro do parque. Destacou que os tombamentos do parque são anteriores à concessão, de modo que a concessionária já estaria ciente das limitações para intervenções na área e, portanto, deve respeitar os regramentos vigentes. Em relação à instauração dos processos sancionatórios, perguntou sobre os prazos finais para apresentação de recursos. A conselheira ainda expressou que, embora tenha sido ressaltada a importância do diálogo com o conselho, a concessionária não o realiza de forma satisfatória, apresentando itens apenas de maneira resumida, como a transferência do local do "Baile da Terceira Idade" e a instalação dos totens luminosos, que impactam o tombamento do parque. Por fim, solicitou que seja apresentada a legislação que autoriza tais instalações. A conselheira Márcia questionou se a fiscalização do contrato é reativa ou proativa, observando que as fiscalizações ocorrem geralmente após a realização de eventos. Propôs que seja promovido maior diálogo com o conselho, incluindo debates sobre as ações, e não apenas apresentações. Ressaltou que a criatividade apresentada nas exposições da concessionária não condiz com as ações efetivamente realizadas, haja vista a ocorrência de eventos que não corresponderiam ao "DNA" do parque. Por fim, indagou se a ARSESP considera as multas aplicadas pelo FUCAP em sua análise de processos. O convidado Pedro observou que o parque encontra-se vazio, em razão de ocorrências de assaltos e da existência de um site que promove encontros sexuais no local, o que demonstra, segundo ele, a ineficiência da segurança do parque, uma vez que o esvaziamento da área propicia a realização desses eventos. Ressaltou a necessidade de diálogo com a concessionária para que sejam adotadas medidas para coibir tais situações. Destacou, ainda, que a utilização do parque está equivocada em relação à sua finalidade e solicitou maior acompanhamento da ARSESP na fiscalização do contrato, questionando de que forma poderia contribuir junto à agência nesse acompanhamento. A convidada Cláudia destacou a necessidade de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

estabelecer um diálogo colaborativo entre todos os envolvidos, a fim de avançar na gestão e uso do parque. Ressaltou que, independentemente das posições individuais quanto à concessão, é fundamental manter a comunicação entre os diversos atores, citando como exemplo o primeiro ano de concessão, quando o antigo conselho avançou significativamente em diversos assuntos, visto que, tinha disponibilidade para realizar tratativas junto a concessionária. A representante da ARSESP explicou que, contratualmente, a concessionária é responsável por obter todas as autorizações necessárias para suas ações. Esclareceu que os órgãos governamentais possuem legislações e regulamentos específicos e que, conforme esses critérios, cabe à concessionária obter as autorizações correspondentes, sendo este um encargo contratual de responsabilidade da concessionária. Complementa que a gestão do parque é realizada pela concessionária, sendo todas as insatisfações ou questionamentos relativos à sua administração devem ser encaminhadas ao canal de Ouvidoria para que sejam tratadas. Solicitou-se que os representantes da concessionária presentes promovam diálogo com o conselho e com a sociedade civil sobre os assuntos discutidos na reunião, bem como projetos/eventos futuros. Em relação às dúvidas sobre o setor ambiental do parque, foi esclarecido que as áreas estão classificadas conforme o plano diretor do parque. A conselheira Regina destacou que, mesmo que o evento tenha sido realizado em área permitida para realização de eventos, este causou danos ambientais ao parque. A conselheira Jupira acrescentou que o parque está inserido em uma ZEPAM e que o limite de volume sonoro não foi respeitado, configurando desconformidade com as normas aplicáveis. A presidente do conselho informou que não recebeu comunicado prévio sobre a transferência do "Baile da Terceira Idade" e a instalação de totens no parque. Ressaltou que irá apurar a questão e, assim que receber as informações, avaliará a melhor forma de apresentar o assunto ao conselho. A conselheira Márcia questiona qual o prazo pra devolutiva, assim, a Presidente do Conselho, Ana Lúcia, esclarece que muitas vezes não é possível determinar um prazo das devolutivas solicitadas, haja que a tramitação processual e entre órgãos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

governamentais podem se estender conforme a demanda dos setores. Diante da manifestação sobre os encontros mencionada pelo convidado Pedro, a presidente questionou aos conselheiros se houve novas denúncias relacionadas ao caso. Ressaltou que, conforme acordado na última reunião do conselho entre a presidência e as conselheiras, qualquer situação desse tipo que chegasse ao conhecimento dos membros deveria ser comunicada à presidência, a conselheira Sônia expõe que não chegou ao seu conhecimento novas ocorrências. A conselheira Regina afirmou que não há transparência no fornecimento de informações pela concessionária, destacando que há dois anos solicita dados junto à empresa, sem receber devolutivas precisas que possibilitem um bom convívio e acompanhamento das ações. A presidente do conselho explicou que assuntos como o "Baile da Terceira Idade" e a instalação de totens são informações que são encaminhadas à SPI e à ARSESP, conforme previsto na resolução que transferiu as funções de poder concedente e de fiscalização aos referidos entes. A conselheira Jupira mencionou que o conselho recebeu a tabela de supressão, mas solicitou o envio de um documento que permita a leitura detalhada das áreas onde será realizado o plantio de compensação da supressão. Ressaltou que foi solicitada a ART de manejo de supressão, porém foi entregue uma ART vencida, requerendo que seja fornecida a ART válida. Além disso, solicitou a apresentação da autorização do CONDEPHAAT que legitima as intervenções. Nada mais havendo a tratar a reunião é encerrada e determinada a lavratura desta ata.